

AMÉRICA LATINA FERVE

Que tal doutrina não gerará outra coisa que a insensatez e a violência pode ser deduzido de uma das poucas certezas com a qual nos brinda a “ciência jurídica”: uma vez que o egoísmo, a avareza e a luta pela existência são inevitavelmente tão presentes no mundo tal como ele é, é preciso contê-los e canalizá-los através de uma referência compartilhada para o mundo como ele deveria ser.

ALAIN SUPIOT

Insensatez e violência explodiram na América Latina nos meses seguintes ao Congresso, com insurreições populares no Chile, Bolívia, Equador e Colômbia e muita tensão no Brasil, Uruguai e Argentina. A frase que abre esse texto é do jurista francês Alain Supiot, que teve sua obra sobre o direito do trabalho citada pelo advogado trabalhista argentino Alberto Ovejero em sua palestra, logo no primeiro dia, ao falar sobre a relação entre o direito trabalhista e o trabalhador num mundo em transformação, como ocorre agora. “Sobretudo tendo em conta que as características do trabalho se modificaram substancialmente. As características do trabalho fundantes do direito protetor do trabalho hoje, praticamente, não posso garantir que não existem, mas sim, estão em um processo de franca retirada”, disse, logo no início.

O advogado destaca o movimento de avanço neoliberal no mundo e toma a explicação do colega francês como base de sua argumentação, de que o processo

de financeirização imposto pelo neoliberalismo implica na desregulamentação dos mercados, associa essa desregulamentação às avaliações sobre a rentabilidade desses mercados e de como essa flexibilização legal é inútil para o aumento do nível de emprego e fortalecimento da economia. Com reformas – trabalhista, previdenciária e da economia – que demonizam qualquer gasto público, governos neoliberais na região impuseram condições demasiado duras para a população mais pobre, mantendo no horizonte a promessa de que isso atrairia investimentos e portanto, aumentaria emprego e renda. Uma mentira que tem na crise da Argentina e na revolta da população no Chile e na Colômbia um flagrante tornassol.

Alberto participou da mesa *Mundo do Trabalho e caminhos de luta pelo Direito: existem?* juntamente com a sua colega, a advogada trabalhista Carla Bracchi, e o desembargador Jorge Luis Souto Maior, em um debate mediado pela desembargadora Magda Biavasch. Foi convidado

para colocar em debate a experiência dos trabalhadores argentinos no enfrentamento dessa onda neoliberal, que embora não tenha barrado as mudanças, tem sido uma pedra no caminho desde o governo de Carlos Menen, nos anos de 1990. Mais recentemente, no governo neoliberal de Maurício Macri, impôs a negociação constante e regada a grandes paralisações no país. O ônus da flexibilização somado às dificuldades econômicas derreteu a aprovação ao seu governo e ele terminou sendo o primeiro presidente argentino a perder uma reeleição. E o que é ainda mais significativo, para a sua antiga rival Cristina Kirchner, que venceu já no primeiro turno como vice na chapa do peronista Alberto Fernández.

No Chile, com mais de 30 anos de economia liberal imposta de forma autoritária e violenta pela ditadura de Augusto Pinochet e mantida até hoje, a desigualdade tornou-se insuportável até mesmo para os mais ricos, que protestam contra

o governo com o mesmo ânimo dos estudantes secundaristas. As manifestações começaram em 18 de outubro de 2019, com uma multidão na Praça Itália, na capital Santiago, e em várias outras cidades, grandes e pequenas, do país. Nesse dia o presidente Sebastian Piñera decreta toque de recolher e coloca o exército nas ruas, o que aumentou a violência dos confrontos e também, a adesão dos chilenos. Dois dias depois, o governo cancela o aumento das passagens, mas os protestos continuam e tomam todo o país, com incêndios e saques. A cena de dois moradores arrastando um quarto de boi cada um pelas ruas, enquanto outros vigiavam a entrada do condomínio de luxo com paus e pedras, dá a dimensão da desigualdade e também, do ódio que a população guardava.

Piñera terminou recolhendo os soldados para o quartel, porém a repressão continuou muito dura – com mortes, violações sexuais e mais de 280 jovens que ficaram cegos pelos tiros com balas de borracha dos carabineiros –, mas os chilenos não recuaram, ao contrário. Ampliaram suas reivindicações, conseguiram que o governo convocasse uma constituinte e seguiram nas ruas até que a pandemia os impedisse. Eles aprenderam a se defender dos blindados e drones dos carabineiros com lanternas de raio laser e o velho e bom molotov. Em dezembro, começava a ganhar força o movimento em favor da renúncia do presidente Sebastian Piñera. O movimento perdeu força e praticamente acabou com a pandemia, mas há uma pressão ainda latente.

No extremo oposto, a situação dos bolivianos não é menos bizarra. Depois de um longo período de forte crescimento econômico, com inclusão inédita promovida pelo primeiro presidente de



BOLÍVIA: Polícia ataca o cortejo de nove indígenas mortos nas manifestações

origem indígena, o governo do país foi tomado pela extrema direita, que se recusou a reconhecer a quarta vitória eleitoral de Evo Morales, obrigando-o a renunciar e a exilar-se no México. A repressão violenta à reação popular promovida pelo governo golpista e por seus seguidores – fanáticos religiosos neopentecostais – incluiu humilhações públicas a políticos e autoridades de origem indígena e um ataque violento ao funeral de nove índios assassinados pela polícia; deixou mais de 200 mortos e um número indeterminado de feridos. Mas como no Chile, não tirou os bolivianos das ruas, o que obrigou os golpistas a retrocederem e convocar novas eleições com a participação de todos os partidos, incluindo o de Evo.

Segundo Alberto, as transformações do neoliberalismo ainda estão em curso na América Latina. “Não terminou justamente por todos esses processos de vinculação entre o sujeito trabalhador, ocupado, organizado em seu sindicato com mais ou menos força dependendo dos costumes e da legislação de cada país, com os movimentos sociais de desocupados”, diz. Vínculo que aparece nos protestos mais intensos, não apenas com desempregados e também não só na Argentina. As comunidades indígenas são protagonistas na Bolívia, Colômbia e Equador; e os estudantes e minorias, em

especial as mulheres, estão à frente no Chile.

NA LUTA, DESDE SEMPRE

Alberto diz que o direito do trabalho na Argentina é fruto de conquistas da classe, que ganharam corpo quando os trabalhadores tiveram maior capacidade de organização e que se radicalizaram justamente nos momentos de maior ataque. “A Argentina na verdade se incorpora ao mundo do direito

do trabalho não nessa etapa repressiva”, diz, referindo-se ao período entre 1791, data de publicação da Lei de Chapelier na França, que criminaliza as agremiações de trabalhadores; 1830, quando se deu a Revolução Geral, que ele marca como a gênese dos direitos na Europa; e em 1871, com a Comuna de Paris. Em seu país, o exemplo que ele traz é a formação da legislação trabalhista durante o primeiro governo peronista, que acontece ao mesmo tempo em que se promove a unificação de todos os sindicatos em uma confederação única, a Confederação Geral do Trabalho (CGT), na primeira metade do século passado. “A proscricção do peronismo no golpe de estado em 1955 gerou uma radicalização dessa classe obreira, posto que a sua organização política mais imperante, pense também em todas as contradições que podem gerar, estava proscrita”, afirma.

Ele vai ainda citar o Cordobazo, uma insurreição popular importante na história do país, organizado pela classe obreira coreza, “a mais bem paga e mal organizada da Argentina”, em 29 maio de 1969; e o *Programa 1º de Mayo* da CGT dos Argentinos, publicado em 1968. “Isso implicou, para o retorno do peronismo, um fortalecimento do direito do trabalho, uma vez que a maior quantidade dos convênios de trabalho ainda aplicáveis são de

1975. Por que? Porque os trabalhadores não permitem retroceder menos que esses direitos conseguidos em seus melhores convênios coletivos”, afirma o advogado.

PONÉ LA FECHA

O advogado conta que houve uma forte precarização da lei de contrato de trabalho, da lei de associações sindicais e todo o corpus legal e jurídico em seu País entre 1989 e 2001, acompanhado de um programa neoliberal, mas não houve flexibilização dos direitos do trabalho, fruto justamente da “fortaleza dos sindicatos”. E que, apesar disso, não dá para superestimar os sindicatos, em virtude de uma legislação que faz o movimento sindical argentino ser uma unidade promocional burocratizada. “Só os sindicatos mais representativos tem capacidade de negociação, de representação, tem acesso aos seguros médicos obreros, que são as obras sociais. Fenômeno que só gera a burocratização de movimentos sindicais. Macri tratava cada um dos slogans do movimento social como *poné la fecha*. O que significa *poné la fecha*? Era que a estratégia da CGT se limitava a marcar data para greve geral para combater todo o processo de flexibilização, que ele tentou fazer aos poucos”, conta. Sem um consenso para aprovar a reforma trabalhista, Macri começou mexendo nos convênios coletivos. “Que permitiam reformas à baixo (com vantagens menores que o anterior). O mais signifi-



Alberto Federico Ovejero, advogado e ativista da Liga Argentina pelos Direitos Humanos

cativo foi o acordo de Vaca Morta, essa espécie de oásis ultra petroleiro, que iria converter a Argentina na Arábia Saudita. Supostamente. Considero que não, mas existem expectativas”, diz. Alberto conta que as modificações nos contratos incluiu a possibilidade de operação quando a equipe estiver incompleta, trabalho noturno e modificações nas regras de segurança para trabalho na altura e sob ventos fortes. “Nestes anos, por conta dessas reformas à baixo, houve uma quantidade de mortos nas unidades petroleiras que não foram tornados públicos”, conta.

A imprensa argentina tem publicado notícias sobre as mortes nos campos de petróleo do país, porém de forma pontual e, quando há uma associação direta com o acordo do convênio coletivo, a questão é incluída em um debate de opiniões, não como um fato. Apenas os jornais mais progressistas – como *La Izquierda Diario*, *Marcha* e *Página 12* – tratam as oito mortes em um ano e meio como um aumento exacerbado e consequência desta flexibilização. “Segun-

do dados da Subsecretaria de Ambiente da província de Neuquén, entre 2015 e 2018 aconteceram 3.368 acidentes no setor de hidrocarbonetos, dos quais 48 % (1.637 casos) entre 2017 e 2018. No período que vai de janeiro a outubro do ano passado (2018, período quando o acordo já estava valendo) foram registrados 934 incidentes”, escreveu o repórter Mario Hernández, do *Marcha*, em maio deste ano.

Mario segue questionando o esperado

aumento de empregos no setor com essas modificações, o que não aconteceu até o momento. A reportagem mostra que, segundo dados do Observatório do Emprego e da Dinâmica Empresarial, vinculado à Secretaria de Trabalho, entre dezembro de 2015 e 2017 foram fechados em Neuquén, 2.437 postos de trabalho diretos no setor de hidrocarbonetos. “Logo, de acordo com o que foi comprovado pelo próprio sindicato, foram recontratados 1.400 trabalhadores, porém flexibilizados”, informa o repórter. Em novembro, depois da publicação do Decreto 566, que “pesificou” o preço do petróleo e, segundo argumentos da indústria, se intensificou a queda de atividade, o setor emitiu de 400 a 600 avisos de demissão. Os sindicatos reagiram marcando uma greve de 24 horas, suspensa depois que o Ministério do Trabalho decretou a conciliação obrigatória. O novo acordo proíbe greves durante as negociações, em nome da “paz social”. A solução virá agora, do novo governo, do peronista Alberto Fernández e de Cristina Kirchner.

PROGRAMA 1º DE MAIO – CGT DOS ARGENTINOS

O Programa 1º de Maio foi publicado pela primeira vez na primeira edição do jornal da Central Geral dos Trabalhadores, a CGT. Lá está escrito que: “A classe trabalhadora argentina não desaprova uma forma particular de capitalismo, questiona a todos”. E depois: “A classe trabalhadora tem como missão histórica a destruição dos fundamentos do sistema capitalista de produção e distribuição de bens”.

Para ler a íntegra do programa, acesse:

<http://www.cgtagentinos.org/documentos2.htm>

ACORDO DE VACA MORTA

Vaca Morta é o nome de um campo de fracking, uma reserva não convencional de petróleo e gás que fica entre as ranhuras das pedras e de exploração agressiva ao meio e ao homem. O acordo para alterar as condições e regras de trabalho foi assinado pelo governador da província de Neuquén, Omar Gutiérrez; os secretários gerais do Sindicato de Petróleo e Gás privado de Rio Negro, Neuquén e La Pampa, Guillermo Pereyra, e do Sindicato de Pessoal Hierárquico e Profissional de Petróleo e Gás Privado de Neuquén, Rio Negro e La Pampa, Manuel Arévalo; o presidente da YPF, Miguel Angel Gutiérrez, e os diretores executivos da Pan American Energy, Marcos Bulgheroni, e da Total Austral, Jean-Marq Hosanski. Incluiu um adendo ao Convênio Coletivo de Trabalho (CCT) dos petroleiros que extraem recursos não convencionais e segundo estimativa das empresas envolvidas, pode reduzir entre 30% e 40% os custos com mão de obra. As principais medidas são: eliminação das hora-táxi (que reconhece o tempo gasto no percurso como jornada de trabalho), diminuição da quantidade de trabalhadores por equipe e estabeleceu a continuidade de trabalho na altura quando houver vento de 30 a 60 km/hora; alterou os turnos de 14 dias de trabalho com jornada de 12 horas, por 7 de descanso, para 12 dias por 6 de descanso. As oito mortes

noticiadas pela imprensa argentina aconteceram apenas em Neuquén e representam um número recorde. Os mortos são: Agustín Navarrete (56 anos), em 3/9/2017. Matías Sánchez (37 anos), 22/5/2018. Daniel Torres (26 anos), 10/7/2018. Miguel Angel Chocala Fernández (35 anos), 17/8/2018. Mario Segura (28 anos), 1/11/2018. Ariel Marcelino Sajama (41 anos), 18/3/2019. Todos empregados terceirizados.

EL CORDOBAZO

O *Cordobazo* foi uma revolta operário-estudantil que aconteceu na capital do Estado de Córdoba, na Argentina em 29 de maio de 1969, a primeira insurreição política de massas depois da queda do peronismo, em 1955, apontada pelos estudiosos como o começo do fim da ditadura no País. Em 12 de maio, o ditador Juan Carlos Onganía (1966-1970) publicou a Lei 18.204, unificando o regime de duração da jornada de trabalho que implicava na perda de direitos em certos Estados, como Córdoba. A indústria metalúrgica empregava, na época, um grupo de trabalhadores diferenciado: eram os mais bem pagos, com melhor formação (ensino médio completo) e fundadores de sindicatos combativos classistas: Sitrac-Siltran, liderado pelo metalúrgico René Salamanca, e Luz e Forza de Córdoba, conduzido por Agustín Tosco. Esses sindicatos, juntamente com a União Operária Metalúrgica (UOM), então liderada pelo peronista ortodoxo Lorenzo Miguel; a CGT oficial, liderada pelo colaboracionista Augusto Vandor e a combativa Confederação Geral do Trabalho dos Argentinos (CGTA), conduzida pelo gráfico Raimundo Ongaro, decretaram uma paralisação por tempo indeterminado. O movimento explode em 15 de maio, quando um protesto dos estudantes de

Corrientes foi violentamente reprimido pela polícia, com a morte a bala do estudante Juan José Cabral. A solidariedade dos estudantes de Santa Fé e Córdoba terminou com as mortes de Ramón Bello e Luis Blanco. Uma desconhecida e maciça violência popular, insurgente, democrática e anti ditatorial se espalhou pelas principais cidades da Argentina, com epicentro em Córdoba. A cidade foi ocupada pelos manifestantes, que resistiram aos embates com a polícia e o Exército durante vários dias. Houve barricadas, franco-atiradores, sabotagens e um saldo de 14 mortos, muitos feridos e centenas de detidos, entre eles Agustín Tosco. Em 29 de maio, Vandor foi obrigado a declarar uma paralisação nacional da CGT oficial. A insurreição popular foi batizada de *Cordobazo*. A ditadura prendeu e exilou líderes sindicais, depois de julgados em um tribunal de guerra, mas ainda assim a insurgência se espalhou por outros estados e, em 1970, Onganía foi deposto pelas Forças Armadas e substituído pelo general Roberto Levingston, que permaneceu no poder por nove meses. Em 1971, Lanusse assumiu o poder com a tarefa de trazer Juan Domingos Perón de volta do exílio. ◀

FONTE: Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe (<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/cordobaco>).